

EXPULSÃO DO TERRITÓRIO E MOVIMENTOS MIGRATÓRIOS¹

Célia Regina Vendramini²

Resumo

O artigo aborda as migrações como movimentos decorrentes de territórios de expulsão, territórios estes de domínio do capital e, portanto, de expulsão de trabalhadores e de desagregação de modos de vida. Contraditoriamente, os territórios (de chegada) se constituem em espaços em que coabitam pessoas e grupos de diferentes locais, origens étnico-raciais, línguas e experiências de vida e de trabalho. A interpretação mais usual dessa “diversidade” é a da multiculturalidade, a qual se ampara nas teorias pós-modernas. Nesta direção, apontamos para a necessidade de uma interculturalidade de base material e não limitada ao discurso.

Palavras-chave: Território; Migração; Expulsão; Interculturalidade.

EXPULSIÓN DEL TERRITORIO Y MOVIMIENTOS MIGRATORIOS

Resumen

El artículo aborda las migraciones como movimientos derivados de territorios de expulsión, territorios dominados por el capital y, por lo tanto, de expulsión de trabajadores y desintegración de modos de vida. Contradictoriamente, los territorios (de llegada) se constituyen en espacios en los que conviven personas y grupos de diferentes lugares, orígenes étnico-raciales, lenguas y experiencias de vida y de trabajo. La interpretación más habitual de esta «diversidad» es la de la multiculturalidad, que se basa en las teorías posmodernas. En este sentido, señalamos la necesidad de una interculturalidad de base material y no limitada al discurso.

Palabra clave: Territorio; Migración; Expulsión; Interculturalidad.

EXPULSION FROM THE TERRITORY AND MIGRATORY MOVEMENTS

Abstract

The article discusses migrations as movements stemming from territories of expulsion — territories dominated by capital and, therefore, marked by the displacement of workers and the disintegration of ways of life. Contradictorily, the territories of arrival become spaces where people and groups from different places, ethnic and racial origins, languages, and life and work experiences coexist. The most common interpretation of this “diversity” is that of multiculturalism, which is grounded in postmodern theories. In this sense, we point to the need for an interculturality based on material conditions and not limited to discourse.

Keyword: Territory; Migration; Expulsion; Interculturality.

¹ Artigo recebido em 17/11/2025. Aprovado em 25/03/2026. Publicado em 22/04/2026.

DOI: <https://doi.org/10.22409/tn.v24i53.69854>

² Doutora em Educação pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). Professora na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). E-mail: celia.vendramini@ufsc.br.

Lattes: <https://lattes.cnpq.br/7441375272877530>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9600-2868>.

Introdução

A crescente presença de imigrantes na vida econômico-social em geral e nas escolas, provenientes de diferentes territórios – nacionais ou internacionais – provoca a convivência de pessoas e grupos de diferentes origens sociais e coloca em questão as relações que se estabelecem entre eles, evidenciando, por um lado, a intolerância e o racismo e, por outro, o exercício e a riqueza da convivência diversa entre modos de vida. Eleva-se o discurso do acolhimento, da diversidade e da multiculturalidade num contexto de racismo institucional impregnado nas relações sociais, o que nos provoca a refletir sobre algumas questões: Como o discurso da diversidade e de uma sociedade plural opera no âmbito da sociedade de classes (do capital) que expropria pessoas e povos de seus territórios? Como ultrapassar o discurso romântico da diversidade e do entrecruzamento de etnias, culturas e línguas?

Para refletir sobre as questões propostas, buscamos fazer uma crítica marxista ao sedutor discurso multicultural, o qual se ampara nas teorias pós-modernas, revelando as contradições entre o discurso e a base material concreta. Compreendemos que os movimentos migratórios são movidos por processos de expropriação que forçam as pessoas a deixar os territórios em que habitam. No local de chegada ou de passagem, são submetidos a um conjunto de dificuldades e de incertezas relativas à inserção no trabalho, à moradia, à língua, à escola e às relações que se estabelecem, marcadas, muitas vezes, por discriminação e racismo. Portanto, distante de um território de fato acolhedor ou integrador.

O percurso que faremos para a reflexão proposta implicará em dois movimentos. O primeiro deles aborda as migrações decorrentes da expulsão dos territórios – de partida e de chegada, mobilizando a categoria território. O segundo discute as diferentes origens sociais dos imigrantes, em termos étnico-raciais e culturais, e os obstáculos interpostos para uma interculturalidade de base material e não limitada ao discurso.

O pressuposto é de que emigrantes e imigrantes formam um par dialético - o primeiro vem de um contexto específico, de uma cultura, de uma determinada classe social, do campo ou da cidade. Já o imigrante é o que chega ao local de destino com expectativas e sonhos, buscando se enraizar. Para Sayad (2008), estes constituem duas faces da mesma realidade, a emigração é o outro lado da imigração.

As reflexões apresentadas no artigo têm base em pesquisas teóricas e empíricas desenvolvidas pela autora nos últimos anos a respeito da problemática da migração e da presença de estudantes imigrantes nas escolas públicas.

Expulsão do território

Para conduzir a reflexão a respeito do que estamos chamando de “territórios de expulsão” e as decorrentes emigrações forçadas, iniciamos com um debate a respeito da categoria território no âmbito da teoria social marxista.

Etimologicamente, o termo território deriva de terra. Entretanto, a existência de delimitações ou fronteiras nunca é um fenômeno natural, elas são sempre relacionais e, por isso, criadas. As relações sociais produzem território e são afetadas por este. De acordo com Warf (2010, p. 2), “em um contexto amplo, o território se refere ao espaço ocupado, ou reivindicado, por um grupo de seres sociais. Essencialmente, o território indica uma fronteira do espaço social de dominação, identidade ou jurisdição.”

O capitalismo comporta três elementos, segundo a análise de Lefebvre (2000): a terra, o trabalho e o capital, quer dizer: as rendas, os salários e os lucros, numa unidade global - o mais-valor. O autor toma como base o esquema trinitário desenvolvido por Marx. A terra, um dos três elementos, não diz respeito somente à agricultura, mas também ao subsolo e seus recursos, sendo estes expropriados desde o processo de colonização europeia (seguida pelos Estados Unidos) na América Latina, em particular, no Brasil.

Nas formas pré-capitalistas, o território, a terra, estão organicamente vinculados ao ser humano, a ponto de constituir *sua natureza inorgânica*. Entretanto, a condição principal da produção capitalista é a transformação da força de trabalho e dos meios de vida em mercadoria, é a história da expropriação do homem em relação à natureza. O que pode ser descrito, segundo Quaini (1979), como progressiva dissociação do ser humano em relação ao território, após a transformação do território de valor de uso em valor de troca ou mercadoria. Para o autor, as relações homem-território são historicamente determinadas (dizem respeito ao modo de produção capitalista), portanto não podem ser tomadas como condições naturais e eternas da troca orgânica entre homem e natureza. Nesta direção, procura-se superar a

dissociação entre história e natureza, considerando simultaneamente a relação do homem com a natureza e do homem com o homem, mediada pelo trabalho.

Assim como o espaço em que vivemos é permeado de múltiplas contradições e conflitos, especialmente se considerarmos a designação de Harvey (1996) de “*desenvolvimento geográfico desigual*”³, as categorias que o representam, da mesma forma, expressam diversas formas, conflitivas entre si. Quanto mais desigual a sociedade e a economia, tanto maior o conflito, seja na realidade ou na forma de representá-la.

Segundo Lefebvre (2000), os filósofos contribuíram para aprofundar o abismo ao elaborar representações abstratas (metafísicas) do espaço. Contrariamente, o autor propõe a reconciliação entre espaço mental (esfera teórica) e espaço real (esfera física e social em que nós vivemos), visto que um implica o outro.

Com base na formulação de Lefebvre (triplicidade do espaço: percebido – concebido – vivido), Brenner e Elden (2009) analisam o território na dimensão de sua percepção – concebida e vivida – dando origem às práticas territoriais. Sendo assim, historicizam não apenas as transformações materiais-institucionais, mas também as conceituais epistemológicas, as quais estão associadas com a evolução do capitalismo como modo de produção. Território é, assim, a forma política de produção do espaço. Uma política especificamente histórica de produção do espaço territorial, portanto não é fixa, ao contrário, está sujeita a modificações.

Harvey (2014) vai mostrar a necessidade do capitalismo de contínua expansão com o uso de práticas predatórias da acumulação primitiva, graças ao papel-chave da política de territorialização do Estado imperialista, o qual orquestra arranjos institucionais para preservar o padrão de assimetrias mais vantajoso para os interesses capitalistas dominantes. Nesta direção, o autor observa mecanismos novos de acumulação por espoliação, como os direitos de propriedade intelectual, a biopirataria, a destruição dos recursos ambientais globais, a transformação em mercadoria de formas culturais, históricas e da criatividade intelectual, a corporativização e privatização de bens até então públicos (como as universidades),

³ Para Harvey, as diferenças espaciais e ecológicas são constituídas e constitutivas de processos socioecológicos e político-econômicos. Diferença e alteridade são produzidas em espaços por meio da lógica de investimento desigual do capital, proliferando divisões geográficas do trabalho, com crescente segmentação de atividades produtivas e aumento da distinção social (1996, p. 295).

a nova onda de “expropriação das terras comuns”, entre outras. (Harvey, 2014, p. 123).

De acordo com Santos (1993), cada lugar é a expressão concreta da universalidade onde os homens estão construindo as suas vidas socialmente. O espaço na sociedade burguesa é o espaço do capital, de sua constituição, afirmação e negação. Portanto, a categoria totalidade é chave para a compreensão do movimento em que os lugares se criam e se renovam a cada movimento da sociedade. O motor desse movimento é a divisão do trabalho, encarregada a cada cisão da totalidade de transportar aos lugares um novo conteúdo, novos significados e um novo sentido.

Katz (2019) aborda um problema intrínseco à produção capitalista globalizada - o descompromisso com os lugares e seus habitantes. Para tal, a autora usa o termo “capitalismo vagabundo”.

A expressão capitalismo vagabundo conecta a errância e o abandono ao capitalismo – este, assediador do mundo, disperso, dissoluto, irresponsável – além de também abordar uma ameaça: uma produção capitalista crescentemente global pode abandonar muitos dos seus típicos compromissos com o lugar, mais centralmente aqueles associados com a reprodução social que é, quase sempre, menos móvel do que a produção. No pior dos cenários, esse descompromisso lança pessoas à errância; no melhor, leva-as a lutar para garantir os bens materiais e as práticas sociais relacionadas com a reprodução social. (Katz, 2019, p. 437).

Sendo assim, o território não pode ser considerado como espaço da conciliação e do consenso, mas como espaço contraditório, permeado por tensões, conflitos e lutas, chegando muitas vezes a desencadear guerras. Um conjunto considerável de lutas, conflitos e crises são produzidos por meio das estratégias do Estado (capital) de homogeneização espacial. O território torna-se, assim, central em qualquer ordem social, no que se refere à ocupação e distribuição do espaço, ao acesso à terra e aos recursos naturais, à preservação de uma determinada identidade (étnica, regional ou nacional). A posse da terra, por exemplo, é determinante do poder, e o conflito sobre a terra é indicador da luta pelo poder, na medida em que esta foi transformada numa mercadoria. A violência está presente nas disputas territoriais, o próprio Estado nasce da violência e o poder do Estado perdura por meio da violência.⁴

⁴ “Resta que todo Estado nasce da violência e que o poder estatista não persiste a não ser pela violência exercida sobre um espaço. Esta violência provém da natureza, tanto pelos recursos colocados em jogo quanto pelo que está em jogo: riquezas, territórios. [...] Ela (a violência) não se separa nem da

Uma das estratégias fundamentais utilizadas pelo Estado para domínio do território é a técnica. Um exemplo é a utilização de inovadoras técnicas para o controle das fronteiras. Davis (1999), no seu estudo sobre a imigração latina nos Estados Unidos, observa que a vigilância da fronteira nos setores-chave foi automatizada com sensores sísmicos, que captam os minúsculos tremores de passos de imigrantes, e o militar infravermelho para a noite. Segundo ele, a fronteira ou linha física entre México e Estados Unidos, por exemplo, não existe para barrar trabalhadores. Ao contrário, ela funciona como uma represa criando uma reserva de força de trabalho no lado mexicano da fronteira, para servir as necessidades das fazendas no Texas ou dos cassinos e hotéis em Las Vegas. Nesta direção, Lefebvre (2000, p. 142) afirma: “O que caracteriza a propriedade (privada), a posição no espaço da cidade, da nação, do Estado-nação, é a fronteira fechada.” As fronteiras não separam apenas os níveis local, regional, nacional e mundial. Elas distinguem os lugares onde as pessoas devem lutar pela sua sobrevivência cotidiana e os lugares onde as pessoas podem viver confortavelmente e com luxo.

A delimitação e o controle sobre as fronteiras entre países também operam no âmbito interno, ainda que por outros mecanismos. Não é exatamente a documentação (ou a ausência desta) que impede a circulação das pessoas, em contraposição com a livre circulação de mercadorias. Outros aspectos se interpõem, como a discriminação em relação ao local de origem, à cor da pele ou a um determinado modo de produzir a vida. Aos imigrantes são destinados os piores trabalhos, os horários de trabalho mais desconfortáveis, os salários mais baixos e as condições de reprodução da vida mais degradadas⁵.

Retomando Santos (1999), de que o espaço na sociedade burguesa é o espaço do capital, falamos em *território de expulsão*. De expulsão dos trabalhadores dos seus locais de origem ou de impossibilidade de seguir a vida onde as pessoas nasceram ou escolheram viver. Falamos de um território invadido desde a colonização e que segue na atualidade, dado o processo histórico de expropriação.

acumulação do capital nem do princípio racional e político de *unificação*, subordinando e totalizando os aspectos da prática social, a legislação, a cultura, o conhecimento e a educação num espaço determinado, aquele da hegemonia da classe dominante sobre seu povo e sua nacionalidade da qual ela se apropria. Cada Estado pretende produzir o espaço de uma realização, às vezes de um desabrochar, aquele de uma sociedade unificada, portanto homogênea. Enquanto de fato e na prática, a ação estatista e política institui consolidando-a por todos os meios uma *relação de forças* entre as classes e frações de classes, entre os espaços que elas ocupam” (Lefebvre, 2000, p. 220).

⁵ Sobre isso, ver o artigo de Vendramini, C. R. A reprodução social dos trabalhadores imigrantes. *Serviço Social & Sociedade*, v. 148, n. 3, 2025.

Marx (2017, p. 785), no capítulo *A chamada acumulação primitiva*, da obra *O Capital*, evidencia que “a acumulação do capital pressupõe o mais-valor, o mais-valor, a produção capitalista, e esta, por sua vez, a existência de massas relativamente grandes de capital e de força de trabalho nas mãos de produtores de mercadorias.” Para tal, impõe-se a necessidade de dissociação dos trabalhadores da propriedade dos meios pelos quais realizam o trabalho para gerar trabalhadores livres e disponíveis a vender sua força de trabalho. Tal processo se deu de forma violenta, por meio do cercamento de terras, da limpeza ou clareamento das propriedades, a qual consiste em “varrê-las de seres humanos” (Marx, 2017, p. 800). A expropriação não é algo do passado, segue a “limpeza” de territórios e de modos de existir nestes territórios.

Podemos observar esse processo em diferentes partes do globo, dada a expansão e domínio do capital. Tratando especificamente do Brasil, o estudo de Silva (1999) é exemplar, ele aborda o processo de expropriação de trabalhadores do Vale do Jequitinhonha (MG) e da Bahia, o qual gerou uma massiva e violenta emigração direcionada para a proletarização. Segundo a autora, ainda que o processo de acumulação primitiva tenha variações quanto à forma e ao conteúdo, ele provocou os mesmos efeitos: trabalhadores nus, desprovidos de suas condições objetivas prévias e negados pela lei enquanto trabalhadores possuidores de direitos. “Ou seja, ao mesmo tempo que o trabalhador é produzido, ele é negado pelas relações jurídicas.” (Silva, 1999, p. 18). Assim, as características definidoras de um modo de vida transformaram-se, segundo Silva, em atributos negativos no momento em que seus portadores se depararam diante do “outro”, dos “do lugar”.

A expulsão é mais facilmente observável no processo de emigração, ou seja, nas condições objetivas que levam as pessoas a deixar seus lugares, mas também podemos nos referir aos locais de chegada dos imigrantes como *territórios de expulsão*, visto que, dependendo da sua origem (países da América Latina e da África, regiões Norte ou Nordeste do Brasil etc.), os imigrantes não são bem-vindos, ocupam os piores postos de trabalho⁶ e sofrem xenofobia. Muitos dos que chegam logo “são avisados que só vêm para trabalhar” (Silva, 1999, p. 210).

⁶ Sobre os postos de trabalho ocupados pelos imigrantes, consultar o Relatório com os dados consolidados sobre a imigração no Brasil 2024, no Portal de Imigração Laboral do Ministério da Justiça e Segurança Pública. Disponível em: https://portaldeimigracao.mj.gov.br/images/DADOS_CONSOLIDADOS_2024_25.pdf. Acesso em 8 de novembro de 2025.

Os trabalhadores expropriados da terra (Minas Gerais e Bahia) que chegaram ao interior de São Paulo para o trabalho no corte da cana de açúcar, conforme o estudo de Silva (1999), com a crescente e irreversível mecanização, vivenciaram um segundo processo de acumulação primitiva. “No primeiro momento, arrancaram-lhes a roça de subsistência, a morada, a posse, as chapadas, as grotas. Agora, arrancam-lhes o único elemento restante, a capacidade para o trabalho.” (Silva, 1999, p. 312)

A noção aqui desenvolvida de *território de expulsão* também se evidencia na condição do imigrante permanentemente temporário, nos termos de Silva (1992), que cada vez enfrenta maior dificuldade em se fixar num lugar, dado o desemprego e/ou subemprego, os altos preços dos aluguéis e a carestia de vida. Além disso, há um conjunto de trabalhadores com determinadas ocupações que se movem com frequência, é o caso dos trabalhadores da construção civil que vivem nos canteiros de obras (Queiroz; Vendramini, 2019) até o fim da construção, ou dos que trabalham nas colheitas e, da mesma forma, vagueiam por diversas plantações e locais. Estes são verdadeiros errantes, que não se fixam em nenhum lugar.

Em síntese, o processo de expropriação desde a origem do capitalismo é responsável por criar permanentemente uma massa de trabalhadores completamente disponíveis para a exploração capitalista, separados do seu território e dos meios de produção da existência, impondo-lhes a necessidade de emigrar na busca por condições de vida para si e para a prole.

Territórios de diversidade?

“O capitalismo é a ordem mais pluralista que a história já conheceu, sempre transgredindo limites e desmantelando oposições, misturando formas distintas de vida e sempre excedendo a medida. Toda essa pluralidade, é preciso dizer, opera dentro de limites muito rigorosos [...]” (Eagleton, 1998, p. 128).

Em acordo com a afirmação de Eagleton acima, a defesa da pluralidade, da diversidade e da multiculturalidade não constitui propriamente uma agenda de lutas que visa a superação do capitalismo e, portanto, a superação das profundas desigualdades sociais e a diferenciação, hierarquização e discriminação de determinados territórios e modos de vida. O diverso é incorporado pelo capitalismo, entretanto, sob seu controle e sua lógica.

Os imigrantes, dependendo do seu local de nascimento, da classe social a que pertencem e da origem étnico-racial, se deparam com o racismo, protagonizado pelo Estado e suas legislações e instituições, e difundido no cotidiano da vida e na mentalidade popular, o que resulta na intolerância aos imigrantes. O racismo, para Fanon (2021, p. 70), não constitui a totalidade, “mas o elemento mais visível, mais cotidiano, às vezes, o mais grosseiro, em suma, de uma dada estrutura.” Seu objeto é uma forma de existir, em geral considerada não civilizada, uma “raça inferior”, a qual precisa ser subjugada.

Para adentrar na problematização da diversidade e multiculturalidade, no contexto de relações sociais racistas, a questão da cultura precede o debate. Iniciemos, portanto, discutindo o que se entende por cultura. Cardoso (2005) identificou, já na década de 1950, quase 200 acepções, muito diferentes entre si, para a cultura. Por exemplo, a tendência a achar que cultura só tem que lidar com assuntos mentais, com símbolos e signos, não tendo relação com a cultura material. Ou a cultura como um meio-ambiente secundário / artificial, construído pelos homens a partir do meio-ambiente natural. Cultura também pode ser associada a elementos da tecnologia, da economia, vistos como um patrimônio que se transmite através de uma estrutura. “No que todo mundo coincide é que a cultura não é hereditária, a cultura precisa ser ‘aprendida’”. A situação pode se complicar ainda mais, segundo o autor, colocando-se “civilização” no debate, “pois “cultura” e “civilização” são termos ligados um ao outro, mas não exatamente idênticos, e “civilização” é tão polissêmico quanto “cultura” (Cardoso, 2005, p. 3).

Numa outra perspectiva, o grupo de historiadores marxistas ingleses, entre eles Thompson, que dava uma grande importância à cultura, considera-a como uma maneira de estudar como a classe se forma, como ela se constitui enquanto tal. Para o marxismo, a cultura tem que ser interpretada em relação ao sistema de produção subjacente, o que implica a associação entre cultura e produção. Este elemento é fundamental para a análise da multiculturalidade, a qual implica um conjunto ou uma superposição de culturas.

Pierre Bourdieu (1997) quando trata de multiculturalismo, associa-o à política norte-americana que, junto à globalização, impõe uma definição de mundo com um olhar estadunidense capitalista e individualista, com base no qual se abandonam as

particularidades nacionais e peculiaridades históricas de cada povo, para se homologar um mundo homogêneo, regido pelo olhar universalista.

Della Fonte e Loureiro (2011) fazem uma crítica ao multiculturalismo a partir do pensamento de Simone de Beauvoir, a qual afirma que o pensamento burguês adota o pluralismo “como uma verdade definitivamente adquirida” (Beauvoir, 1972 apud Della Fonte; Loureiro, 2011, p. 9). Assim, fala-se de escravidões, feudalismos, capitalismo, cada um desses fenômenos com uma história própria. Para a autora, o pluralismo contorna a dificuldade que ele próprio suscita por meio da substituição do ideal de universalidade para uma multiplicidade de verdades. Assim, se aproxima do relativismo ontológico, para o qual não interessa a objetividade do real, mas a forma como os sujeitos afirmam que esse real é.

Compreendemos que a base do multiculturalismo está no pensamento pós-moderno, o qual louva a diferença enquanto o mercado mundial homogeneiza toda diversidade. Ele está estruturado no abandono da categoria de sujeito, na análise micro e no fragmento de forma independente, na dificuldade para fundamentar uma oposição radical ao conjunto do sistema capitalista como totalidade e na ausência de uma teoria que permita pensar a práxis coletiva transformadora a partir de sua própria história. Deste modo, a chamada teoria pós-moderna constitui-se numa forma de encobrir a realidade, mostrar o que ela não é, com base em um discurso romântico, como o da diversidade e pluralidade.

Tal discurso penetra no âmbito escolar. Para Della Fonte e Loureiro (2011), no horizonte de uma retração teórica e do anti-intelectualismo, no qual os conhecimentos elaborados são deslegitimados de sua natureza e igualados a qualquer outra narrativa, a educação escolar sofre um duro golpe. A pluralidade de narrativas desqualifica a escola e a intervenção dos professores, além de esfacelar o currículo escolar e secundarizar a função que a escola deveria assumir de socializar o conhecimento humano sistematizado.

O discurso multicultural difundido nas escolas e instituições em geral se choca com uma realidade racista que se funda na diferenciação e hierarquização entre povos e culturas, entre negros e brancos, entre indivíduos de série A e de série B, entre autóctones e imigrantes, entre imigrantes com documentação e os sem documentação.

Sendo assim, podemos falar em fenômenos paradoxais de “integração desintegrante”, nos termos de Lefebvre (2001), referindo-se aos espaços sociais de segregação e isolamento. Ou em “exclusão includente”, nos termos de Kuenzer (2005), em que a escola produz mecanismos internos de exclusão, via avaliação, desqualificação, infraestrutura precária e insuficiente, linguagens e práticas que se afastam da realidade dos estudantes, entre outros aspectos. Podemos falar ainda da assimilação (negação e desaparecimento da integridade do sujeito e seu modo de vida), passando pela inclusão (a qual não pode ser dissociada do seu par, a exclusão) pela adaptação (que gera conformação), chegando à integração, a qual não pode ser considerada um ideal e não promoverá percursos escolares equânimes, também não irá superar o racismo e a discriminação se tais relações perdurarem na sociedade em geral.

Diante das contradições de fundo numa relação social fundada na exploração de classe e na desigualdade étnico-racial e de nacionalidade, como realizar um autêntico intercâmbio intercultural na presença de relações assimétricas? Que submeta à crítica o falso multiculturalismo, desvelando o seu caráter monocultural e a natureza colonialista de nossa cultura? Que impeça a rejeição, o abandono e a autoexclusão preventiva dos filhos de imigrantes da escola?

Compreendemos que a interculturalidade nas escolas e nos espaços de convívio deve ser pensada e praticada em sentido radical, para além do discurso romântico da diversidade e do entrecruzamento de etnias, culturas e línguas, visto que estamos diante de uma relação de forças desigual, a qual não se altera por meio de um discurso que produz um “efeito de verdade”.

Em geral, a integração acaba por assumir os valores e costumes da sociedade de recepção dos imigrantes, centrada num pretexto consenso, segundo Sayad (2008, p. 38), a partir de uma visão etnocêntrica que se nutre pelo fato de ocupar uma posição de dominação, “considerando o imigrante como ‘passível de evolução’, ‘educável’ ou ‘melhorável’”, uma ação educativa “civilizadora”.

A migração, na concepção de Gnisci (2003), representa a relação planetária mais imponente e interessante da nossa espécie. A relação que está marcando o pertencimento de todos nós ao mesmo tempo histórico, ou melhor, ao tempo presente, não só por meio do imaginário. O que requer um autêntico intercâmbio cultural,

fundado na materialidade e não na separação da política e da cultura da estrutura material e de classe.

Considerações finais

Desenvolvemos no artigo a noção de território como espaço de tensão, conflito e luta, não estático, mas sujeito ao processo histórico e à ação humana. Existem tensões dentro deste processo, marcadas pela luta de classes e através da produção do espaço. Ainda que estejamos vivendo uma devastação do território, seus recursos naturais e os modos de vida ali presentes, também observamos resistências e afirmações.

As resistências podem ser pensadas a partir de algumas noções, como a formulada por Harvey (2004) – *espaços de esperança*, dada a necessidade de projetar outra forma de ocupação do espaço. De acordo com o autor, precisamos preparar nossa imaginação, a qual é expressão das condições materiais de nossa existência, para a criação de uma alternativa socialista, em oposição ao imaginário capitalista, que visa descobrir todo tipo de força inovadora para alcançar o lucro.

Uma outra noção fundamental é formulada por Lefebvre – o *espaço diferencial*, em oposição ao espaço abstrato, o qual tende para a homogeneidade, sendo que o espaço novo só pode nascer (ser produzido) acentuando as diferenças. Entende ainda que só a luta de classes pode impedir que o espaço abstrato se estenda ao planeta, apagando as diferenças. Harvey (2012) recorre ao conceito de *heterotopia*, tal conceito delinea o espaço social de possibilidades onde alguma coisa diferente não é somente possível, mas fundacional para a definição de estratégias revolucionárias. O diferencial e o heterotópico, nesse caso, não se constituem em discursos vazios sobre a diferença e a multiculturalidade, mas se enraízam na materialidade histórica e na necessidade de superação da atual ordem social.

Gaudemar (1977, p. 44), ao estudar a mobilidade do trabalho e a acumulação capitalista como instrumento de adaptação da força de trabalho visando a valorização do capital, identifica duas concepções de mobilidade as quais se defrontam: a mobilidade operária que afirma o direito a viver e a mobilidade capitalista que levanta a bandeira da rentabilidade. O autor defende o direito à *imobilidade coletiva*, em oposição à mobilidade forçada. Significa o

direito a manter-se no lugar escolhido e aí encontrar trabalho e condições de vida, é o direito de recusar um êxodo com promessas ilusórias, é também o direito à automobilidade, o direito a uma mobilidade individual livremente assumida. É o direito de partir sem a isso ser constrangido, assim como o de ficar (Gaudemar, 1977, p. 58).

Katz (2019) formula a noção de *contratopografia*. Considera que a topografia – como descrição detalhada de um lugar específico e a totalidade de características que configuram o próprio lugar – é essencial para o aprofundamento do desenvolvimento desigual enquanto topografia do capital. Mas também se pode pensar em topografias críticas ou em topografia da classe trabalhadora.

O projeto político, teórico e metodológico que quero promover é aquele que constrói contratopografias, ligando analiticamente diferentes lugares, tanto para desenvolver os contornos de lutas comuns quanto para imaginar um tipo diferente de resposta prática aos problemas que enfrentamos (Katz, 2019, p. 447).

A partir das noções acima apresentadas, e das teorias que as orientam - centradas na necessidade urgente de transformação da ordem social, precisamos identificar resistências de povos e culturas ao longo do tempo e dos territórios. Como um exemplo singular que sintetiza a situação mais urgente no mundo atual e que representa a luta dos povos pela sua existência, mencionamos a Palestina e sua surpreendente capacidade de se reerguer dos destroços.

Referências

CARDOSO, C. F. Entrevista. **Cantareira**, ano 2, v. 1, n. 6, set/2004 – jan/2005.

BOURDIEU, P. **Sobre a televisão, seguido de A influência do jornalismo e os Jogos Olímpicos**. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1997.

BRENNER, N; ELDEN, S. Henri Lefebvre on state, space, territory. **International Political Sociology**, n.3, 2009, p. 353-377.

DAVIS, M. Magical urbanism: latinos reinvent the US big city. **New Left Review**. London, march/april 1999, p. 3-43.

DELLA FONTE, S. S.; LOUREIRO, R. Educação escolar e o multiculturalismo intercultural: crítica a partir de Simone de Beauvoir. **Pro-Posições**, Campinas, v.22, n.3, v. 66, set./dez. 2011, p. 177-193.

EAGLETON, T. **As ilusões do pós-modernismo**. Trad.: Elisabeth Barbosa. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

FANON, F. **Por uma revolução africana: textos políticos**. Trad.: Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar, 2021.

GAUDEMAR, J-P. **Mobilidade do trabalho e acumulação do capital**. Trad.: Maria do Rosário Quintela. Lisboa: Editorial Estampa, 1977.

GNISCI, A. Migração e literatura. **Revista Eletrônica do Instituto de Humanidades**, v. 1, n. 7, out./dez. 2003.

HARVEY, D. **Rebel cities: from the right to the city to the urban revolution**. London; New York: Verso, 2012.

HARVEY, D. **O novo imperialismo**. 8ª ed. Trad.: Adail Sobral e Maria Stela Gonçalves. São Paulo: Loyola, 2014.

HARVEY, D. **Espaços de esperança**. São Paulo: Loyola, 2004.

HARVEY, D. **Justice, nature, and the geography of difference**. Cambridge and Oxford: Blackwell Publishers, 1996.

KATZ, C. Capitalismo vagabundo e a necessidade da reprodução social. **GEOUSP (Online)**, São Paulo, v. 23, n. 2, mai/ago 2019.

KUENZER, A. Exclusão includente e inclusão excludente: a nova forma de dualidade estrutural que objetiva as novas relações entre educação e trabalho. In: SAVIANI, D.; SANFELICE, J. L. (orgs.) **Capitalismo, trabalho e educação**. 3ª ed. Campinas: Autores Associados, 2005.

LEFEBVRE, H. **A produção do espaço**. Trad.: Doralice Barros Pereira e Sergio Martins. (do original: La production de l'espace. 4 éd. Paris: Éditions Anthropos, 2000).

LEFEBVRE, H. **O direito à cidade**. 5.ed. São Paulo: Centauro, 2001.

MARX, K. A assim chamada acumulação primitiva. In: **O Capital: crítica da economia política**. Livro 1. Trad.: Rubens Enderle. 2ª ed. São Paulo: Boitempo, 2017, p. 785-833.

QUAINI, M. **Marxismo e geografia**. Trad.: Liliana L. Fernandes. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

QUEIROZ, J. G. O.; VENDRAMINI, C. R. A situação da classe trabalhadora migrante. **Germinal: marxismo e educação em debate**. Salvador, v. 11, n. 2, 2019.

SANTOS, M. **O espaço do cidadão**. 2ª ed. São Paulo: Nobel, 1993.

SAYAD, A. **L'immigrazione o i paradossi dell'alterità**. L'illusione del provvisorio. Trad.: Sara Ottaviani. Verona: Ombre Corte, 2008.

SILVA, M. A. M. **Errantes do fim do século**. São Paulo: Ed. da UNESP, 1999.

SILVA, M. A. M. Destinos e trajetórias de camponeses migrantes. **VIII ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS**. Anais. ABEP, 1992. v. 3. p.161-77.

WARF, B. Territory. In: **Encyclopedia of Geography**. SAGE Publications, 2010, p. 1-8. Online pub.